

APRESENTAÇÃO

Existem dois caminhos a seguir na busca de soluções para os problemas sociais, em especial a erradicação da pobreza e da miséria no mundo atual. O primeiro deles é uma intervenção focada em três setores de uma sociedade: a agricultura, a educação e a infraestrutura. O segundo caminho é a formulação e implementação de uma estratégia global de desenvolvimento ancorada em profundas reformas estruturais.

O projeto do Milênio da Organização das Nações Unidas - ONU segue o primeiro caminho. Propõe investimentos práticos nesses três setores que podem ser facilmente monitorados e adaptados às condições locais das sociedades onde o projeto é implementado. O foco é nos investimentos pontuais que geram impactos rápidos e produzem “bens óbvios” (vacinas, antibióticos, suplementos alimentares, sementes melhoradas, fertilizantes, perfuração e sondagem de solos, canos de água, livros escolares e equipes médicas) (SACHS, 2008, p. 297).

Essa estratégia foi aprovada pelos governos que participaram da Conferência de Cúpula das Nações Unidas de 2005. O projeto foi implantado em comunidades locais da África sob a denominação de Projeto Aldeias do Milênio. O objetivo é investir 120 dólares anuais por moradia em cada comunidade de aproximadamente cinco mil pessoas de modo que a comunidade venha a conseguir o crescimento sustentável no prazo máximo de cinco anos.

Segundo Sachs (2008, p. 299) “trata-se de um programa de desenvolvimento holístico e prático baseado na comunidade”.

O segundo caminho prioriza estratégias globais de desenvolvimento. O melhor exemplo dessa estratégia é o plano estratégico de desenvolvimento econômico e social denominado “Estratégia de Lisboa”, lançado em 2000 pela Comissão Européia.

O Plano, que prevê ações até 2010, desdobra-se em intervenções setoriais nas áreas de educação, infra-estrutura e regulamentação empresarial, o pano de fundo das reformas estruturais e econômicas propostas.

Trata-se, portanto, de uma estratégia global de desenvolvimento, envolvendo ações no ambiente empresarial, macroeconômico, infra-estrutura, setor público e sistema educacional.

No Brasil, inexistente esta abordagem estratégica do desenvolvimento, envolvendo reformas estruturais, econômicas, legislativas e ações de transformação nos ambientes empresarial, público e educacional.

O que prevalecem são as reformas estruturais (da previdência, do judiciário, tributária, política, etc.), as ações no ambiente macroeconômico (sobretudo, de controle inflacionário) e uma grande ênfase na criação e reformulação do sistema regulatório, envolvendo as relações do Estado com o setor privado.

Na educação, é lugar comum ações de modernização, de universalização do acesso e descentralização de gastos.

Todas as mudanças são desarticuladas entre si. A economia segue seus próprios rumos. O ambiente empresarial é atingido drasticamente pelas freqüentes mudanças no sistema regulatório e na gestão macroeconômica do governo. Ainda assim, mantém-se competitivo.

As reformas, em sua maioria, patinam nos conflitos internos e impasses políticos do Congresso e das lideranças partidárias e governamentais.

A educação avança a passos lentos, sempre priorizando a quantidade (número de matrículas) em detrimento da qualidade (excelência do ensino).

O trinômio crescimento econômico – geração de emprego – coesão social, tem neste último o seu vértice mais frágil. Isto porque o crescimento econômico e a geração de emprego não beneficiam, como deveria, a legião dos excluídos, pobres e miseráveis. A estrutura desigual de renda, emprego, liberdades, capacidades e oportunidades, permanece e resiste incólumes aos avanços da modernidade e da busca da coesão social.

Promover a sua inclusão continua sendo o grande desafio. E isto, sabemos, não se consegue apenas com políticas redistributivas, programas e projetos sociais auto-sustentáveis.

Se o econômico vai bem, no social vai bem mal. O político, que intermedia ambos, tem demonstrado sinais de vitalidade, com a agilização da aprovação das reformas estruturais e das medidas inerentes ao marco regulatório de diversos setores.

Neste livro, oferecemos um panorama geral e sucinto do processo de gestão social no Brasil. A partir de um diagnóstico com a explicitação de seus principais problemas e disfunções, inicia-se um mergulho profundo no campo social.

São analisados os novos paradigmas, a natureza e especificidade das ações e do campo social e é discutida a questão dos novos programas e projetos sociais – quais são suas características e fatores de diferenciação?

Finalmente, são discutidas algumas experiências de gestão social em nosso país, identificados seus avanços e retrocessos, e analisados novos modelos de gestão social.

Ainda estamos longe do paradigma europeu de gestão estratégica do econômico e do social. É possível chegar lá se decidirmos adotar novas práticas e modalidades de gestão social.

O que nos falta é a “Estratégia de Brasília”, ou, por que não, a “Estratégia dos Estados Federativos” politicamente pactuada.

Mas existe um novo alento: a sociedade avança sobre o Estado, exigindo seus direitos, acelerando suas demandas, exercendo controle democrático e praticando o exercício pleno da cidadania. Já é um bom começo.

Os autores.